

NOTA INTRODUTÓRIA

A Classificação Portuguesa de Actividades Económicas, Revisão 2.1, abreviadamente designada por CAE-Rev.2.1, elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com a colaboração de várias entidades, envolvendo a Administração Pública, os Parceiros Sociais e, pontualmente, as Empresas, corresponde a uma edição revista e melhorada da CAE-Rev.2 e destina-se a substituir esta classificação.

A CAE-Rev.2.1, cuja estrutura foi publicada no Diário da República a coberto do Decreto-Lei nº 197, de 27 de Agosto de 2003, estabelece o novo quadro das actividades económicas portuguesas, harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE-Rev.1.1), no âmbito do Regulamento da (CE) nº 29/2002, da Comissão, de 19 de Dezembro de 2001.

As alterações estruturais em relação à CAE-Rev.2 são pouco significativas e decorrem, principalmente, da adaptação da NACE-Rev.1.1 ao Sistema Estatístico Nacional (SEN).

As tabelas de equivalência entre as a CAE-Rev.2 e a CAE-Rev.2.1, incluídas nesta publicação, procuram dar uma ideia das principais alterações entre as duas classificações.

As notas explicativas apresentam alguns desenvolvimentos para permitir uma maior autonomia e coordenação na aplicação da CAE-Rev.2.1 em relação à CAE-Rev.2.

As pequenas alterações em relação à CAE-Rev.2 explicam-se por a nível das Nações Unidas e da União Europeia decorrerem já trabalhos para uma revisão profunda até 2007 da CITA-Rev.3.1 e da NACE-Rev.1.1, prevendo-se disponibilizar uma nova CAE harmonizada com estas classificações até ao referido ano.

Esta publicação, para mais fácil consulta, encontra-se dividida em seis partes: Apresentação Geral; Estrutura; Notas Explicativas; Tabelas de Equivalência; Principais Alterações em relação à CAE-Rev.2 e Textos Jurídicos.

O INE dispõe também desta informação em suporte informático que poderá ser fornecida, mediante condições a acordar, a quem a solicitar.

O INE aproveita este espaço para agradecer a todos quantos participaram nos trabalhos desta importante nomenclatura, agradecendo-se, antecipadamente, todas as contribuições que concorram para a sua melhoria futura.

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

CAE	Classificação das Actividades Económicas Portuguesa por Ramos de Actividade
CAE-Rev.1	Classificação das Actividades Económicas Portuguesa por Ramos de Actividade - Revisão 1
CAE-Rev.2	Classificação Portuguesa das Actividades Económica - Revisão 2
CAE-Rev.2.1	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas - Revisão 2.1
CE	Comunidade Económica
CEE	Comunidade Económica Europeia
CITA	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica (em francês CITI e em Inglês ISIC)
CITA- Rev.3	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica - Revisão 3
CITA- Rev.3.1	Classificação Internacional Tipo, por Indústria, de todos os Ramos de Actividade Económica - Revisão 3.1
CNBS	Classificação Nacional de Bens e Serviços
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CSE	Conselho Superior de Estatística
EUROSTAT	Serviços de Estatística da Comunidade Europeia
INE	Instituto Nacional de Estatística
NACE	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias
NACE-Rev.1	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias - Revisão 1
NACE-Rev.1.1	Nomenclatura Geral das Actividades Económicas das Comunidades Europeias - Revisão 1.1
ONU	Organização das Nações Unidas
SEC	Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas
SEN	Sistema Estatístico Nacional
VAB	Valor Acrescentado Bruto

APRESENTAÇÃO GERAL

1. NOTA HISTÓRICA

A primeira versão da Classificação Portuguesa de Actividades (CAE) publicada remonta ao ano de 1953 e resultou de uma tradução, da responsabilidade do INE, da Classificação Internacional Tipo de Todos os Ramos de Actividade Económica, abreviadamente designada por CITA, editada em 1949 pelos Serviços de Estatística das Nações Unidas, sob a cota ST/STAT/SER.M/4.

A CITA foi objecto de uma primeira revisão para uma melhor adaptação à realidade económica mundial, tendo a ONU publicado em 1958, sob a cota ST/STAT/SER.M/4/Rev.1, uma versão rectificada e actualizada (CITA-Rev.1).

A edição da CITA-Rev.1 levou o INE a empreender, de novo, a sua tradução para português, tendo-a submetido posteriormente à apreciação de várias entidades públicas e privadas. Das contribuições recebidas resultaram modificações ao projecto inicial do INE, que o publicou em 1961, após aprovação prévia dos Serviços de Estatística das Nações Unidas.

A experiência com a execução dos trabalhos estatísticos revelou que a tradução da CITA-Rev.1 era insuficiente para responder às necessidades nacionais, tendo publicado em 1964 a primeira CAE adaptada à realidade económica portuguesa, elaborada a partir da CITA-Rev.1, após aprovação de várias entidades públicas e privadas.

Em 1969, os Serviços de Estatística das Nações Unidas publicaram, sob a cota ST/STAT/SER.M/4/Rev.2, a segunda revisão da CITA (CITA-Rev.2), tendo o INE, sempre atento às necessidades portuguesas nesta matéria, decidido igualmente proceder à sua tradução e publicação em 1970, após aprovação dos Serviços de Estatística da ONU.

Como a tradução para português da CITA-Rev.2 não respondia às necessidades nacionais, o Conselho Nacional de Estatística (CNE) encarregou uma Comissão de conceber uma nova CAE a partir da CITA-Rev.2, tendo o INE, após aprovação do CNE, publicado em 1973 a CAE-Rev.1.

Em Outubro de 1978, face à necessidade de ajustar o sistema de informação estatística nacional às exigências em matéria estatística derivadas da futura adesão de Portugal à CEE, o CNE, através da 11ª Resolução, criou um Grupo de Trabalho com o mandato de rever a CAE-Rev.1/73 à luz da Nomenclatura Geral de Actividades Económicas da CEE (NACE) de 1970 e criar uma Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS). Este Grupo de Trabalho, transformado posteriormente pelo CNE em Subcomissão Especializada da CAE/CNBS, concluiu, em 1985, os trabalhos de uma nova CAE harmonizada com a NACE e da CNBS. Estes projectos não foram aprovados nem adoptados por as actividades do CNE terem sido suspensas no início de 1986.

Na sequência do Regulamento (CEE) nº 3037/90 do Conselho, de 9 de Outubro, relativo à Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas Europeias (NACE-Rev.1), o INE, em colaboração com cerca de centena e meia de entidades, elaborou a CAE-Rev.2, integrada na NACE-Rev.1 e harmonizada, tanto quanto possível, com a CAE-Rev.1/73 e com o projecto da CAE/85 que não chegou a ser aprovado pelo CNE.

A CAE-Rev.2, foi aprovada em Dezembro de 1991, pela 32ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), e pela Comissão da CEE (EUROSTAT), nos termos do n.º 3 do art.º 3 do Regulamento (CEE) n.º 3037/90, tendo sido publicada no Diário da República, a coberto do Decreto-Lei n.º 182/93, de 14 de Maio.

A CAE-Rev.2.1 foi aprovada em Novembro de 2002, pela 241ª Deliberação do CSE e publicada posteriormente no Diário da República a coberto do Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de Agosto, constituindo uma vertente muito importante do processo de normalização estatística.

2. OBJECTIVOS

A presente nomenclatura de actividades económicas pretende dar resposta aos seguintes objectivos principais:

- ◆ Classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços (com ou sem fins lucrativos), segundo a actividade económica;
- ◆ Organização, de forma coordenada e coerente, da informação estatística económico-social, por ramo de actividade económica, em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.);
- ◆ Comparabilidade estatística a nível nacional, comunitário e mundial.

A estrutura, conceitos e notas explicativas da CAE-Rev.2.1 são, no essencial, o resultado, por um lado, da harmonização imposta pelo Regulamento NACE-Rev.1.1 e, por outro, da conciliação de interesses e de necessidades nacionais a satisfazer face às condições actuais de organização económica e à previsão da sua evolução no médio prazo.

Os objectivos da CAE-Rev.2.1 são essencialmente estatísticos, embora possa ser utilizada para fins não-estatísticos. Neste sentido, os princípios básicos da sua construção, o tipo de unidades estatísticas a que se aplica, as regras de classificação e a determinação da actividade principal, entre outros aspectos, estão subordinados aos objectivos estatísticos.

3. CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CAE-REV.2.1 E A CAE -REV.2

As diferenças entre a CAE-Rev.2.1 e a CAE-Rev.2 são pontuais e decorrem, fundamentalmente, da necessidade de harmonização da CAE-Rev.2 à NACE-Rev.1.1, de acordo com o Regulamento da (CE) n.º 29/2002, de 19 de Dezembro de 2001.

Comparando o número de actividades por nível, de acordo com o quadro que a seguir se apresenta, constata-se a existência de algumas diferenças no número de actividades compreendidas em alguns níveis.

Nível CAE	Alfabético		Numérico			
	Uma letra	Duas letras	Dois dígitos	Três Dígitos	Quarto dígitos	Cinco dígitos
CAE-Rev.2.1	17	31(1)	62	224	515	719
CAE-Rev.2	17	31(1)	60	222	503	715

(1) Só 16 têm código duplo alfabético real. As restantes decorrem, por definição, da Secção (ex: Secção A = Subsecção AA).

Embora não seja possível a partir deste quadro estabelecer qualquer correspondência de âmbito para os níveis em que há diferenças de actividades, pode, contudo, concluir-se o seguinte:

- ♦ Apresentam o mesmo número de níveis (6) e não houve qualquer alteração nos níveis Secção (uma letra) e Subsecção (duas letras);
- ♦ As diferenças nos níveis dois e três dígitos decorrem da CITA-Rev.3.1 e da NACE-Rev.1.1;
- ♦ As diferenças no nível quatro dígitos decorrem, principalmente, da NACE-Rev.1.1 e no nível cinco dígitos de ajustamentos às necessidades nacionais.

As diferenças de âmbito, entre as duas classificações, podem ser melhor entendidas a partir das "Tabelas de Equivalência CAE-Rev.2↔CAE-Rev.2.1" publicadas em capítulo próprio desta publicação.

4. CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CAE-REV.2.1, NACE-REV.1.1 E A CITA-REV.3.1

O grau de detalhe das nomenclaturas económicas é variável de país para país e resulta, fundamentalmente, das diferenças de desenvolvimento e de organização económica.

Enquanto as classificações internacionais pretendem conciliar as diferentes necessidades a partir de um quadro de categorias económicas mínimo comum, que garanta a comparabilidade dos países a nível internacional, as classificações nacionais procuram, para além da comparabilidade internacional, uma boa adaptação à realidade económica do país.

A CAE-Rev.2.1, no sentido de garantir de forma eficaz a comparabilidade estatística a nível internacional, adoptou um sistema integrado de concepção em relação à NACE-Rev.1.1 e à CITA-Rev.3.1, quer quanto à estrutura de codificação, quer quanto aos conceitos e metodologias subjacentes a cada uma destas nomenclaturas.

A escolha do sistema de estruturação da CAE-Rev.2.1 reside, por um lado, na necessidade de facilitar a comunicação e o desenvolvimento estatístico no âmbito comunitário e, por outro lado, de se considerar fundamental tender para a uniformização de nomenclaturas a nível comunitário e mundial.

O maior ou menor grau de integração entre a CAE-Rev.2.1, a NACE-Rev.1.1 e a CITA-Rev.3.1 é facilmente evidenciado no quadro que a seguir se apresenta:

Nível Nomenclatura	Alfabético		Numérico				
	Uma Letra	Duas letras	Um dígito	Dois dígitos	Três dígitos	Quarto dígitos	Cinco dígitos
CAE-Rev.2.1	17	31(1)	-	62	224	515	719
NACE-Rev.1.1	17	31 ⁽¹⁾	-	62	224	514 ⁽²⁾	-
CITA-Rev.3.1	17	-	-	62	161	297	-

⁽¹⁾ Só 16 têm código duplo alfabético real. As restantes decorrem, por definição, da Secção (ex: Secção A = Subsecção AA).

⁽²⁾ A NACE-Rev.1.1 tem menos uma classe por ter agregado os estabelecimentos hoteleiros com e sem restaurantes (5510)

Este quadro estabelece uma relação entre as três nomenclaturas de actividades que podem resumir-se no seguinte:

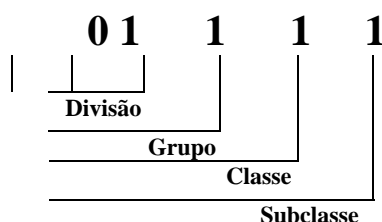
- ♦ A CAE-Rev.2.1 está concebida a partir do último nível da NACE-Rev.1.1 (quatro dígitos), adoptando todos os seus níveis superiores, isto é, a correspondência entre a CAE-Rev.2.1 e a NACE-Rev.1.1 é directa;
- ♦ A correspondência entre a CAE-Rev.2.1 e a CITA-Rev.3.1 é directa no nível alfabético comum (uma letra) e no primeiro nível numérico (dois dígitos), sendo a passagem para os níveis Grupo (três dígitos) e Classe (quatro dígitos) feita por tabela de equivalência;
- ♦ A passagem dos níveis CAE-Rev.2.1 e NACE-Rev.1.1 não directamente equivalentes à CITA-Rev.3.1 não envolve quebra de comparabilidade, uma vez que o detalhe suplementar corresponde a partes perfeitamente integráveis nos níveis três e quatro dígitos da CITA-Rev.3.1;
- ♦ CAE-Rev.2.1 apresenta 6 níveis (mais um do que a NACE-Rev.1.1 e mais dois do que a CITA-Rev.3.1), sendo por consequência uma nomenclatura mais detalhada;
- ♦ A CITA-Rev.3.1 não apresenta o nível alfabético com duas letras e é uma nomenclatura mais agregada do que a CAE-Rev.2.1 e a NACE-Rev.1.1;

5. SISTEMA DE CODIFICAÇÃO

O sistema de codificação adoptado na CAE-Rev.2.1 pode dividir-se em duas partes: uma alfabética com dois níveis (Secção e Subsecção) e outra numérica com quatro níveis (Divisão, Grupo, Classe e Subclasse).

Na parte alfabética, as Secções são codificadas com uma letra de A a Q e as Subsecções com duas letras (a primeira da esquerda para a direita define a Secção e a segunda uma ordem sequencial alfabética). Das 17 Secções incluídas na CAE-Rev.2.1 só as Secções C e D estão subdivididas em Subsecções reais, isto é, têm um código duplo alfabético. As restantes decorrem, por definição, da Secção (ex: Secção A = Subsecção AA). A ligação entre Secção e Subsecção é simples e directa (ex: Secção C = Subsecção CA + Subsecção CB, sendo CA e CB partes de C).

A codificação numérica inicia-se no nível Divisão (categoria mais elevada) com dois dígitos, desce ao Grupo (nível com três dígitos), segue-se o nível Classe (4 dígitos) e termina na Subclasse (nível com 5 dígitos). A relação nível/número de dígitos depreende-se facilmente do esquema que a seguir se apresenta para a Subclasse 01111 (Cerealicultura).



O nível Divisão começa com o código 01 e termina no código 99. A codificação da Divisão não respeita a ordem sequencial nem ocupa todas as posições de dois dígitos, situação que permite a criação de eventuais novas Divisões.

A codificação do Grupo é feita a partir do código da Divisão utilizando sequencialmente o sistema decimal (1 a 9). Nos casos em que o primeiro dígito da direita é zero, significa que a Divisão não foi subdividida em Grupo, mantendo nesta situação a Divisão e o Grupo a mesma designação e âmbito.

A Classe é codificada a partir do Grupo e a Subclasse da Classe, utilizando o sistema de codificação os mesmos critérios definidos para a codificação do Grupo.

A Secção, Subsecção, Divisão, Grupo e Classe (excepto na classe 5510 por a NACE ter agregado os estabelecimentos hoteleiros com e sem restaurantes) da CAE-Rev.2.1 adoptaram a mesma codificação da NACE-Rev.1.1, excepto a inclusão de um ponto entre os dois dígitos da Divisão e os três do Grupo. Este pormenor gráfico permite saber de imediato se se está a trabalhar em NACE-Rev.1.1 ou em CAE-Rev.2.1.

Os níveis e as diferenças de codificação entre a CAE-Rev.2.1, a NACE-Rev.1.1 e a CITA-Rev.3.1 podem resumir-se no quadro a seguir apresentado:

Nível	Letras ou dígitos			Codificação (ex.)		
	CAE-Rev.2.1	NACE-Rev.1.1	CITA-Rev.3.1	CAE-Rev.2.1	NACE-Rev.1.1	CITA-Rev.3.1
Secção	1 letra	1 letra	1 letra	A	A	A
Subsecção	2 letra	2 letras	-	AA	AA	-
Divisão	2 dígitos	2 dígitos	2 dígitos	01	01	01
Grupo	3 dígitos	3 dígitos	3 dígitos	011	01.1	011
Classe	4 dígitos	4 dígitos	4 dígitos	0111	01.11	0111
Subclasse	5 dígitos	-	-	01111	-	-

Deste quadro podem tirar-se as seguintes principais conclusões:

- ♦ A CAE-Rev.2.1, a NACE-Rev.1.1 e a CITA-Rev.3.1 utilizam as mesmas designações para os níveis comuns;

- ◆ O sistema de codificação adoptado na CAE-Rev.2.1 é equivalente ao da NACE-Rev.1.1 para os níveis comuns, não traduzindo o ponto incluído na NACE-Rev.1.1 qualquer diferença de âmbito;
- ◆ Os sistemas de codificação da CAE-Rev.2.1, NACE-Rev.1.1 e CITA-Rev.3.1 são similares, mesmo para os níveis Grupo e Classe em que nem sempre existe uma correspondência de âmbito directa.

6. DELIMITAÇÃO DE ÂMBITOS

A delimitação de cada actividade económica obedeceu a vários critérios. Os principais critérios adoptados na estruturação das actividades foram o processo tecnológico, a natureza da matéria-prima, o produto obtido e o serviço prestado.

Apesar da CAE-Rev.2.1 permitir a classificação de todas as actividades (mercado e não mercado ou com e sem fins lucrativos) há limites impostos pelos objectivos que se pretendem atingir e pela complexidade da realidade. Para uma melhor clarificação do âmbito desta nomenclatura, são importantes os aspectos que a seguir se apresentam:

- ◆ Não há, duma maneira geral, ligação entre a CAE-Rev.2.1 e a nomenclatura de profissões, embora algumas profissões (ofícios) correspondam, por vezes, à definição de certas actividades, em especial, nas profissões liberais;
- ◆ A combinação complexa de serviços, resultantes de várias actividades (ex: o turismo, que envolve transportes, alojamento, restauração, serviços recreativos e culturais, etc.) não tem uma posição definida na CAE-Rev.2.1.

Na recolha de dados sobre a actividade económica tem interesse avaliar a homogeneidade das actividades exercidas pelas unidades estatísticas classificadas numa dada posição da CAE-Rev.2.1.

Apesar dos cuidados postos na construção da CAE-Rev.2.1 ou em qualquer outra nomenclatura do mesmo âmbito, a homogeneidade só é na prática tendencialmente conseguida uma vez que as principais unidades estatísticas a que se aplica têm uma diversidade de actividades correspondendo, com frequência, a mais de um nível da classificação. Na realidade, embora cada nível da classificação, regra geral, inclua as unidades estatísticas que fornecem a maior parte do tipo de bens e serviços, outras unidades, classificadas num nível diferente, por imperativo dos critérios definitivos, podem produzir os mesmos bens e serviços.

A delimitação de âmbitos foi um objectivo prosseguido nesta classificação mas, por dificuldades inerentes à complexidade do tecido económico, a homogeneidade terá de ser alcançada em muitas situações por resultados indirectos. As duas taxas mais importantes para calcular a homogeneidade das diversas categorias são a taxa de especialização e a taxa de cobertura. A taxa de especialização duma actividade económica define-se como a produção de bens e serviços desta actividade em relação ao conjunto da sua produção. A taxa de cobertura corresponde à produção de bens e serviços duma actividade em relação à produção total dos mesmos bens e serviços para o conjunto da economia.

7. ACTIVIDADES PRINCIPAL, SECUNDÁRIA E AUXILIARES

A actividade económica é o resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamentos, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens e serviços).

Os bens e serviços resultantes duma determinada actividade económica podem destinar-se à venda, à permuta ou a uma prestação social, portanto, com ou sem fins lucrativos para a unidade que os produzem.

As unidades produtoras dos bens ou serviços exercem, com frequência, mais de uma actividade, o que determina, em muitas situações, a necessidade de recorrer ao critério da actividade principal para classificar a unidade estatística.

A *actividade principal* corresponde à actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística.

A determinação da actividade principal pressupõe, portanto, a inventariação das várias actividades elementares de uma unidade e a fixação de um indicador económico de ponderação das actividades.

A nível da NACE-Rev.1.1 está determinado que a variável ideal para a ponderação da actividade principal é o valor acrescentado ao custo dos factores.

As dificuldades práticas de utilização do valor acrescentado como ponderador da actividade principal determinaram, a nível comunitário (Comité NACE), a fixação de outras variáveis (pessoal ao serviço, volume de negócios, etc.) alternativas, sem que esteja claramente definido em que situações e como se aplicam.

O quadro comunitário para a definição da actividade principal apresenta-se, pela sua complexidade, flexível, devendo, na adopção da CAE-Rev.2.1, para assegurar a continuidade dos procedimentos anteriores, utilizar-se as variáveis habituais (volume de negócios/vendas e pessoal ao serviço), sem perder de vista o evoluir desta matéria a nível comunitário.

A *actividade secundária* corresponde a uma actividade produtora de bens ou serviços para terceiros diferente da actividade principal da unidade.

As actividades principal e secundária são, em geral, exercidas com o apoio de diversas actividades auxiliares (ex: contabilidade, serviços administrativos, reparação, etc.).

As *actividades auxiliares* fornecem bens não duráveis ou serviços como apoio às actividades de produção de uma unidade. Uma actividade deve ser considerada como auxiliar se satisfaz as condições seguintes:

- a) produz serviços ou, pontualmente, bens não duráveis;
- b) existe quanto ao tipo e importância em unidades produtoras similares;

- c) serve unicamente a unidade produtora;
- d) concorre para os custos correntes da unidade, ou seja, não gera formação de capital fixo.

Certas actividades exercidas por uma empresa para uso próprio não são actividades auxiliares (ex: construção por conta própria, por não satisfazer algumas das condições atrás referidas, nomeadamente, a d); a produção de energia e a investigação por não satisfazerem as condições b) e d)).

As actividades auxiliares não devem ser utilizadas, em princípio, para a determinação da actividade principal.

8. UNIDADES ESTATÍSTICAS

Por unidade estatística deve entender-se um elemento de um conjunto que se pretende observar ou analisar. As unidades estatísticas constituem, portanto, um elemento fundamental para a organização dos inquéritos, uma vez que é a este nível que se concretiza a classificação, o agrupamento e ordenamento das unidades susceptíveis de aplicação do método de observação.

A unidade estatística é utilizada, principalmente, como unidade de observação e/ou de análise. A unidade estatística de observação define-se como a unidade onde os factos são observados e registados e a unidade de análise coincidente com a unidade de observação ou reconstituída a partir dos dados estatísticos desta unidade, define-se como a unidade adequada à análise dum facto.

Toda a unidade estatística, pelas suas repercussões em termos de observação e análise de resultados, deve ser bem definida e facilmente identificável de forma a garantir uma melhor qualidade da informação.

As unidades estatísticas do sistema produtivo mais utilizadoras desta nomenclatura são as que a seguir se apresentam. Para garantir a comparabilidade a nível comunitário, as definições apresentadas correspondem às aprovadas pelo Regulamento (CEE) n.º 696/93 do Conselho, de 15 de Março, relativo às unidades estatísticas de observação e de análise do sistema produtivo na Comunidade Europeia. Outros detalhes sobre estas unidades poderão ser encontrados neste Regulamento.

EMPRESA:

Corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, que constitui uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente, quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais. Uma empresa pode corresponder a uma única unidade jurídica.

UNIDADE INSTITUCIONAL:

É um centro elementar de decisão económica, caracterizado por uma unicidade de comportamentos e uma autonomia de decisão no exercício da sua função principal. Uma unidade diz-se institucional desde que goze de autonomia de decisão (significa que a mesma é responsável pelas decisões e acções que empreende) no exercício da sua função principal e disponha de contabilidade completa (significa que dispõe, simultaneamente, de documentos contabilísticos onde aparece a totalidade das suas

operações, económicas e financeiras, efectuadas durante o período de referência das contas e de um balanço dos seus activos e passivos). São consideradas unidades institucionais em termos do SEC:

- Unidade com contabilidade completa e autonomia de decisão
 - a) sociedade de capital;
 - b) sociedades cooperativas e de pessoas com personalidade jurídica;
 - c) empresas públicas dotadas de um estatuto que lhes confere personalidade jurídica;
 - d) organismos sem fins lucrativos, dotados de personalidade jurídica;
 - e) organismos administrativos públicos;
- Unidades com contabilidade completa e que, por convenção, têm autonomia de decisão
 - f) quase-sociedades: empresas individuais, sociedades de pessoas, empresas públicas que não as indicadas nas alíneas *a)*, *b)* e *c)*, desde que o seu comportamento económico e financeiro seja diferenciado dos seus proprietários e se assemelhe ao das sociedades de capital;
- Unidades que não têm necessariamente contabilidade e que, por convenção, têm autonomia de decisão
 - g) famílias;

GRUPO DE EMPRESAS

Reune empresas ligadas por vínculos jurídico-financeiros. O grupo de empresas pode comportar uma pluralidade de centros de decisão, nomeadamente, no que diz respeito à política de produção, de venda, de benefícios, etc.; pode unificar certos aspectos da gestão financeira e da fiscalidade e efectuar escolhas sobre as unidades a integrar no grupo.

UNIDADE DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (UAE):

Reune dentro de uma empresa o conjunto de partes que concorrem para o exercício de uma actividade do nível subclasse da CAE-Rev.2.1. Trata-se de uma unidade que corresponde a uma ou várias subdivisões da empresa, independentemente do local onde é exercida a actividade económica.

UNIDADE DE PRODUÇÃO HOMOGÉNEA (UPH):

É caracterizada por uma actividade única, isto é, por entradas de produtos, um processo de produção e saídas de produtos homogéneos. Os produtos que constituem as entradas e as saídas são eles próprios caracterizados, simultaneamente, pela sua natureza, a sua fase de elaboração e a técnica de produção utilizada, por referência a uma nomenclatura de produtos. A unidade de produção homogénea pode corresponder a uma unidade institucional ou a uma parte desta, nunca podendo pertencer a duas unidades institucionais diferentes.

UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO):

Corresponde a uma empresa ou parte (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se actividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

UNIDADE DE ACTIVIDADE ECONÓMICA AO NÍVEL LOCAL (UAE LOCAL):

É a parte de uma unidade de actividade económica dependente do nível local.

UNIDADE DE PRODUÇÃO HOMOGÉNEA AO NÍVEL LOCAL (UPH LOCAL):

É a parte de uma unidade de actividade de produção homogénea dependente do nível local.

No quadro seguinte apresenta-se a relação entre actividade e localização das unidades estatísticas acima referidas.

LOCALIZAÇÃO	UM OU MAIS LOCAIS	UM SÓ LOCAL
ACTIVIDADE		
Uma ou mais actividade	. Empresa . Unidade institucional	. Unidade local
Uma só actividade	. UAE . UPH	. UAE local . UPH local

9. CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS

A CAE-Rev.2.1 destina-se a classificar as unidades estatísticas, em especial as referidas no ponto anterior, segundo as diferentes actividades económicas, isto é, as actividades socialmente organizadas com vista à produção de bens e serviços. As unidades estatísticas abrangidas pela CAE-Rev.2.1 cobrem, portanto, todas as unidades independentemente do tipo de economia (mercado, não-mercado, social, etc.).

A actividade de uma unidade estatística é determinada pela Subclasse da CAE-Rev.2.1 que represente mais de 50 % do valor acrescentado (ou variável ajustada). Sempre que uma subclasse não atinja este valor a unidade será classificada pela actividade principal, determinada a partir da aplicação do método descendente ou hierárquico, isto é, a classificação estabelecida ao nível mais elementar da nomenclatura deve ser coerente com o nível mais agregado. A identificação da actividade principal de uma unidade de inquérito com pluriactividades, utilizando este método, resume-se, tomando por base o exemplo a seguir apresentado, no seguinte:

Exemplo de uma situação (empresa com actividades no âmbito da Secção D- Indústrias Transformadoras, Secção H - Alojamento e Restauração e Secção I - Transportes, Armazenagem e Comunicações)

SECÇÃO	SUBSECÇÃO	SUBCLASSE	% do VAB
D	DA	15510	9
		15931	7
		15932	6
		16000	12
	DG	24410	12
		24421	13
H	HH	55111	12
		55301	13
I	II	63300	16

- a) Identificadas as Subclasses CAE-Rev.2.1 e a sua importância relativa em termos de VAB ou de outra variável ajustada caso não seja possível utilizar o VAB, determina-se, em primeiro lugar, a importância relativa de cada **Secção**

D 59 % VAB
H 25 % "
I 16 % "

- b) A partir da Secção principal, no caso presente a D, determina-se a **Subsecção** mais importante

DA 34 % VAB
DG 25 % "

- c) Dentro da Subsecção com o VAB ,mais elevado (DA), determina-se a **Divisão** mais importante

15 22 % VAB
16 12 % "

- d) Dentro da Divisão mais importante (15) determina-se o **Grupo**

155..... 9 % VAB
159..... 13 % "

- e) Dentro do grupo mais importante (159) determina-se a **Classe**

1593 13 % VAB

- f) Dentro da Classe determina-se a **Subclasse** que detém a maior percentagem do VAB

159317% VAB
159326 % "

No presente caso a **actividade principal** segundo o método hierárquico (de cima para baixo) é a 15931 (7% do VAB), embora a subclasse 63300 e todas as restantes consideradas (excepto a 15932) apresentem VAB superior. Apesar desta situação, caso a atribuição fosse efectuada à Subclasse com a percentagem de VAB mais elevada (63300), obter-se-ia uma classificação fora do âmbito da Secção D (59% do VAB).

Para além destas regras básicas outros aspectos importa ter em conta para atribuição harmonizada da classificação económica às Unidades Estatísticas.

No caso de ***integração vertical*** de actividades na mesma unidade estatística, quer dizer actividades em que as diferentes fases de produção são sucessivamente efectuadas por diferentes partes da mesma unidade e em que os produtos de uma correspondem aos consumos da outra (ex: fabricação de fibras e de têxteis) a unidade deve ser classificada na actividade que mais contribui para o valor acrescentado dos bens ou serviços produzidos. As actividades parcialmente integradas, isto é, uma parte destina-se a venda e outra à alimentação da cadeia produtiva da unidade, devem ser também devidamente ponderadas na atribuição da classificação económica à unidade.

Em muitas situações e em particular quando existem duas actividades integradas verticalmente, a actividade integrada (a montante) determina a actividade principal, considerando-se a actividade integrante (a juzante) como secundária, por ser declaradamente de menor importância em termos de valor acrescentado ou variável equivalente.

Para as unidades com actividades integradas envolvendo sectores muito diversos (normalmente Secções diferentes da CAE-Rev.2.1), as notas explicativas da CAE-Rev.2.1 estabelecem, em muitos casos, regras particulares de classificação. No caso, por exemplo, da cultura da vinha e produção de vinho pela mesma exploração agrícola, a actividade a montante (cultura da vinha) é a actividade principal da unidade.

As unidades com ***actividades para terceiros*** classificam-se nas mesmas subclasses das unidades que produzem os mesmos bens ou serviços por conta própria.

As unidades que se dedicam principalmente à ***instalação ou montagem em edifícios*** (ex: equipamentos para aquecimento, gás, electricidade, elevadores, janelas, etc.) classificam-se no âmbito da Construção. A instalação ou montagem no local de um bem (ex: electrodoméstico, sistema de alarme) pelo próprio estabelecimento comercial ou industrial, executadas numa base de assistência ao cliente revestem, regra geral, a natureza de actividades auxiliares.

As unidades que fazem ***reparação ou manutenção*** de equipamento classificam-se na subclasse produtora do respectivo equipamento, excepto as unidades de reparação ou manutenção de: veículos automóveis (Grupo 502); motociclos (Grupo 504); computadores e de equipamento de escritório (Grupo 725); e a reparação de bens pessoais e domésticos (Grupo 527).

No âmbito do ***Comércio a Retalho em estabelecimentos*** para determinar a classificação do ***comércio especializado, não especializado*** e de ***predominância alimentar***, adoptaram-se, para garantir a harmonização comunitária, os limiares estabelecidos na NACE-Rev.1.1. Neste sentido, e uma vez determinada a gama de produtos comercializados, a atribuição da classificação deve efectuar-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Se as mercadorias comercializadas estiverem compreendidas exclusivamente numa subclasse da CAE-Rev.2.1 esta determina a classificação da unidade;
- b) As unidades com um valor acrescentado (ou outra variável equivalente) numa classe¹ da CAE-Rev.2.1 igual ou superior a 50% classificam-se no âmbito do comércio especializado (Grupos 522, 523 e 524);

¹ Não se adoptou a Subclasse para garantir a comparabilidade com a NACE-Rev-1.1

- c) Sempre que as mercadorias comercializadas se repartam até quatro classes¹ dos grupos 522, 523 e 524, sem que qualquer delas atinja um valor igual ou superior a 50% do valor acrescentado (ou outra variável equivalente) e cada uma represente mais de 5%, a unidade estatística deverá ser sempre classificada no âmbito do comércio especializado (Grupos 522, 523 e 524). No exemplo que a seguir se apresenta

Classe 5225	35 %
" 5227	20%
" 5244	45%

a actividade principal a atribuir à unidade, aplicando o método descendente (primeiro a definição do Grupo e só depois a Classe dentro do Grupo), é a Classe 5225. A Subclasse seria determinada dentro desta classe pela aplicação deste método;

- d) Se as mercadorias comercializáveis se repartirem por cinco ou mais Classes¹ dos Grupos 522, 523 e 524, representando cada uma mais de 5% do valor acrescentado mas não contribuindo qualquer delas com 50% ou mais, a unidade será classificada no Comércio não-especializado (Grupo 521);
- e) Toda a unidade classificada no Comércio a Retalho não-especializado (Grupo 521), em que os produtos alimentares, bebidas e tabaco representam, no mínimo, 35% do valor acrescentado (ou variável adequada), será classificada na Classe 5211 e a partir desta na Subclasse ajustada. Os restantes estabelecimentos do comércio a retalho não-especializado classificar-se-ão na Classe 5212.

10. MUDANÇA DE ACTIVIDADE DAS UNIDADES ESTATÍSTICAS

A actividade principal de uma unidade estatística, determinada seguindo as regras descritas no ponto anterior ou outras, pode mudar brusca ou progressivamente, dentro dum período de tempo mais ou menos curto, por razões muito diversas.

Embora a classificação económica de cada unidade estatística deva estar sempre actualizada por ser um elemento fundamental para a melhoria da qualidade da informação por ramo de actividade é por vezes necessário evitar que a actividade principal seja frequentemente alterada, sobretudo quando se utilizam critérios que não garantem uma certa estabilidade da classificação.

A mudança de actividade de uma unidade é importante para a estatística desde que seja feita em períodos bem determinados (ex: no início de realização de um inquérito) e garantam a comparabilidade de resultados de inquéritos de periodicidade diferente relativamente ao mesmo ano de referência.

Embora não exista no plano comunitário nem possa ser criada no plano nacional uma regra que dê uma certa estabilidade ao código da actividade principal duma unidade estatística, as mudanças de actividade devem ser analisadas e decididas casuisticamente, parecendo razoável que, na ausência de uma informação precisa e tratando-se de actividades susceptíveis de oscilações frequentes, a mudança de código de actividade só deve ocorrer após se ter a informação de que a unidade exerce uma nova actividade principal há pelo menos dois exercícios.

11. ASPECTOS RELEVANTES A NÍVEL DAS GRANDES CATEGORIAS (SECÇÃO)

Neste ponto pretende dar-se uma visão sintética dos aspectos mais relevantes de cada Secção, de forma a permitir um melhor conhecimento e interpretação da CAE-Rev.2.1. As notas explicativas ainda que abundantes e com algum detalhe em certas subclasses, não se substituem às observações a seguir apresentadas, constituindo-se mesmo como um complemento necessário.

Secção A - Agricultura....

- ♦ A actividade agrícola compreende a produção agrícola e animal, quer em termos de bens, quer de serviços específicos das actividades desta Secção;
- ♦ As unidades agrícolas de produção mista classificam-se de acordo com a sua actividade principal, enquanto que para as unidades de exploração agrícola e animal em regime de associação é necessário determinar previamente um rácio de especialização. As cooperativas agrícolas são classificadas em função da sua actividade principal.

Secção B- Pesca

- ♦ Esta Secção compreende, para além da actividade da pesca, a apanha de algas e de outros produtos de águas marítimas e interiores e a aquacultura de espécies piscícolas e afins em regime controlado;
- ♦ As unidades prestadoras de serviços classificam-se nas subclasses donde decorre a produção física dos bens;

Secção C - Indústrias Extractivas

- ♦ Além da extracção dos produtos em natureza (sólidos, líquidos e gasosos), esta Secção compreende a transformação e a beneficiação, feitas no local da extracção, assim como a refinação do sal, aglomeração de carvões e de minérios, associadas ou independentes da extracção;
- ♦ Esta Secção está subdividida em duas Subsecções (extracção de produtos energéticos e extracção de produtos não-energéticos) para permitir o tratamento estatístico da área da energia;

Secção D - Indústrias Transformadoras

- ♦ Esta Secção está subdividida em 19 Subsecções (DA a DN). Começa nas indústrias agro-alimentares (DA), cria uma divisão 23 (fabricação de coque...) na Subsecção DF para a fileira energética e termina na Divisão 37 (reciclagem) da Subsecção DN (Indústrias Transformadoras, n.e.);
- ♦ As indústrias transformadoras produzem bens e serviços. Os serviços industriais importantes e executados por conta de terceiros, encontram-se individualizados em actividades. A grande reparação e manutenção (reparação e manutenção de bens de equipamento) decorrem, regra geral, das actividades onde é feita a produção física dos bens. A reparação e manutenção de bens de pequena dimensão, regra geral, designados por bens de consumo, não pertencem ao âmbito da indústria transformadora;

Secção E - Produção

- ♦ Esta Secção (produção e distribuição de electricidade, gás e de água) apresenta-se como uma parte importante da área energética, encontrando-se as partes restantes na Secção C (extracção do carvão, petróleo, urânio e gás) e Secção D (fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear);
- ♦ Compreende, além da produção e distribuição de electricidade, gás e de água, alguns serviços específicos (ex: tratamento de águas) e a produção de gelo, de vapor de água quente;

Secção F - Construção

- ♦ A actividade de construção engloba a construção propriamente dita e a demolição ("desconstrução"), no âmbito da construção de edifícios e da engenharia civil, sendo as obras o resultado de actividades diversas;
- ♦ Nem todas as actividades que concorrem para a edificação de tais obras estão compreendidas no âmbito desta Secção (ex: fabricação de materiais de construção, montagem ou instalação de equipamentos industriais que se classificam na Secção D). A montagem ou instalação de equipamentos concebidos para que um edifício funcione como tal (ex: instalação eléctrica) pertence ao âmbito da Construção;

Secção G - Comércio...

- ♦ Esta Secção engloba todas as formas de comércio e a reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal ou doméstico. As divisões desta Secção compreendem o comércio automóvel (inclui reparação) e do comércio a retalho de combustíveis (Divisão 50), o comércio por grosso (Divisão 51) e o comércio a retalho (Divisão 52);
- ♦ Os agentes do comércio por grosso têm subclasses específicas na Divisão 51 para a sua classificação, enquanto os agentes do comércio a retalho são classificados na subclasse por onde decorre a actividade normal do comércio a retalho;
- ♦ Certas categorias de produtos, pela sua especificidade em termos de comércio, não são classificados no comércio a retalho, não existindo por tal facto um paralelismo entre as Divisões 51 e 52;
- ♦ No comércio a retalho, o grupo 526 trata do comércio não efectuado em estabelecimentos (correspondência, Internet, bancas, feiras, distribuição automática, etc.) e os grupos 521, 522, 523, 524 e 525 correspondem ao comércio a retalho efectuado em estabelecimentos. O grupo 525 trata do comércio de artigos em segunda mão e os restantes de produtos novos. O grupo 521 respeita ao comércio não-especializado (de predominância alimentar ou não) e os Grupos 522, 523 e 524 referem-se ao comércio especializado (alimentar ou não). Os conceitos de especialização e não especialização e de predominância foram definidos no ponto 9 (classificação das unidades estatísticas).

Secção H - Alojamento...

- ♦ O alojamento classificado nesta Secção corresponde ao alojamento de curta duração e engloba, quer as unidades hoteleiras, quer outros locais de curta duração;

- ♦ A restauração (restaurantes e similares) compreende os restaurantes propriamente ditos, casas de pasto, estabelecimentos de bebidas e similares em que a alimentação e as bebidas são consumidas, regra geral, no próprio local, assim como cantinas e fornecimentos de refeições ao domicílio (catering);

Secção I - Transportes...

- ♦ O transporte pode resultar de uma prestação colectiva ou individualizada (ex: táxi), assim como o aluguer com condutor de um meio de transporte;
- ♦ Esta Secção inclui, para além do transporte propriamente dito, um conjunto vasto de actividades mais ou menos associadas ao transporte (armazenagem, manuseamento de carga, gestão de infraestruturas de transportes, agências de viagem, organização do transporte, etc.), as actividades postais e de telecomunicações (transporte de informações sem tratamento da informação);

Secção J - Actividades Financeiras

- ♦ As actividades financeiras incluem as unidades de intermediação monetária (banca em sentido geral), as unidades de intermediação financeira (actividades financeiras realizadas por entidades diferentes das instituições monetárias), seguros, fundos de pensões e actividades auxiliares de intermediação financeira, de seguros e de fundos de pensões;

Secção K - Actividades Imobiliárias

- ♦ Esta Secção inclui uma grande variedade de actividades no âmbito dos serviços. A Divisão (70) trata da actividade imobiliária (ex: compra, venda, arrendamento, administração e mediação imobiliária), a Divisão (71) centra-se no aluguer de bens imóveis sem pessoal, a Divisão (72) circunscreve-se às actividades informáticas e conexas (inclui a manutenção e reparação de material informático), a Divisão (73) classifica as unidades de investigação e de desenvolvimento fundamental, investigação aplicada e desenvolvimento experimental e a Divisão (74) trata de uma diversidade de serviços prestados, principalmente, às empresas (ex: jurídicos, engenharia, arquitectura, publicidade, etc.).

Secção L - Administração Pública

- ♦ O conceito de Administração Pública é entendido como o conjunto de actividades de regulamentação e apoio à gestão de actividades que, pela sua natureza, não podem exercer-se numa base de mercado;
- ♦ O estatuto jurídico ou institucional não é determinante para classificar nesta Secção as unidades do "tipo administrativo". Há actividades (ex: ensino, saúde) que não pertencem ao âmbito desta Secção, ainda que a Administração Pública desenvolva estas actividades num nível mais ou menos elevado;

Secção M - Educação

- ♦ Esta Secção compreende, para além do ensino a todos os níveis e formas, as actividades dos institutos e das academias militares, escolas de condução, formação profissional e de ensino artístico;

Secção N - Saúde e Acção Social

- ♦ As actividades dirigidas à saúde humana (hospitalares, liberais, paramédicas, etc.) e as actividades veterinárias, exercidas em regime de internamento ou ambulatório, com ou sem fim lucrativo, estão definidas nesta Secção;
- ♦ No âmbito da acção social estão incluídas as actividades dos serviços dos equipamentos sociais, públicos ou privados, com ou sem alojamento;

Secção O - Outras Actividades de Serviços ...

- ♦ Esta Secção inclui uma grande variedade de actividades no âmbito dos serviços colectivos, sociais e pessoais, nomeadamente, saneamento, higiene pública, actividades associativas, culturais, recreativas, desportivas, artísticas e de tratamentos pessoais;

Secção P – Actividades das Famílias ...

- ♦ Compreende as actividades dos empregados domésticos enquanto trabalhadores das famílias e produção de bens e serviços para uso próprio das famílias;

Secção Q - Organismos...

- ♦ Esta secção inclui as actividades das organizações internacionais, embaixadas, consulados e de outras instituições extraterritoriais, com imunidade diplomática, estabelecidas em Portugal;

12. REGRAS GERAIS DE COMPREENSÃO

Como já foi referido no ponto 6 (Delimitação de âmbito), a estruturação dos níveis da CAE-Rev.2.1 obedeceu a vários critérios, de capital importância para a determinação do grau de afinidade das actividades das unidades produtivas, assim como das suas correlações no contexto económico geral.

As várias categorias da CAE-Rev.2.1 foram criadas porque se revelaram de interesse particular, quer para estruturação da informação estatística comunitária, quer nacional.

As designações e as notas explicativas correspondentes procuram dar o entendimento dos aspectos mais importantes cobertos por cada categoria, dentro dos princípios (nem sempre fáceis de aplicar) subjacentes à elaboração dum documento desta natureza (designações curtas, notas explicativas suficientes e objectivas).

As notas explicativas foram construídas para os vários níveis da CAE-Rev.2.1 tendo sido dada uma atenção particular à Subclasse, por ser o nível elementar e consequentemente onde o grau de homogeneidade é mais difícil de alcançar.

Para uma boa compreensão e correcta utilização da CAE-Rev.2.1 é necessário fazer uma leitura de toda a hierarquia da nomenclatura, uma vez que as notas explicativas

apresentadas para a Secção ou Divisão (de natureza muito geral) não são apresentadas a nível da Classe ou Subclasse.

A nota explicativa, de forma a precisar com um certo rigor os "limites" de cada actividade, apresenta-se, regra geral, dividida em duas partes:

- Uma relativa à parte compreendida em cada actividade, geralmente iniciada com "Compreende as actividades..." ou "Compreende, nomeadamente,";
- A outra relativa às exclusões (subordinada à expressão "Não inclui:"), isto é, referência às actividades ou produtos que suscitam mais dúvidas com a actividade em questão, remetendo-os para as categorias ajustadas;

As notas explicativas procuram precisar o conteúdo central de cada categoria e contêm, em algumas situações pontuais, regras relativas à classificação das unidades.

Para diversas categorias, quer por se considerarem suficientemente compreensíveis, quer por não ter sido possível alcançar os consensos necessários, não são apresentadas notas explicativas.

13. DEFINIÇÕES E CONCEITOS COM INTERESSE ESPECÍFICO

Neste ponto apresentam-se definições de alguns conceitos e termos utilizados na CAE-Rev.2.1, no intuito de proporcionar ao seu utilizador um maior rigor na sua interpretação.

As definições apresentadas podem não ser compatíveis com outras para os mesmos conceitos ou termos utilizados noutros contextos.

Locação Financeira

- Forma especial de concessão de crédito.

Processo Industrial

- Processo de transformação (físico, químico, manual, etc.) utilizado na fabricação de novos produtos (bens de consumo, intermédios ou de investimento) e na prestação de serviços industriais, definidos no âmbito das Secções C, D, E e F.

Produção

- Actividade que tem como resultado um produto. Abrange todas as actividades económicas. A noção de produção pode ser dada por outros termos (ex: fabricação, processamento, etc.).

Produção comercializável e não comercializável

- A produção comercializável é vendida segundo as regras do mercado, enquanto a não comercializável pode ser distribuída gratuitamente ou a preços reduzidos. A produção comercializável e não comercializável depende, regra geral, da entidade financiadora.

Produto

- Resultado de uma actividade económica, aplicado a bens e serviços.

Produto Acabado

- Produto com o processamento concluído.

Produto Secundário Exclusivo

- Produto tecnologicamente ligado à produção de outros bens da categoria e não produzido noutra categoria (ex: melaços/produção de açúcar).

Produto Secundário Comum

- Produto tecnologicamente ligado à produção de outros bens e que é produzido em várias categorias (ex: hidrogénio produzido no âmbito da química de base e na refinação de petróleo).

Produto Semi-Acabado

- Produto que sofreu um processamento e necessita de novo processamento para posterior utilização (ex: moldes em bruto vendidos por uma unidade e acabamento noutra unidade).

Transformação

- Processo que modifica a natureza, composição ou forma das matérias-primas e dos produtos semi-acabados, a fim de se obterem novos produtos.

Tratamento

- Processo destinado a proteger ou conferir certas propriedades ou de evitar quaisquer efeitos prejudiciais para certos produtos que, de outro modo, poderiam resultar da sua aplicação (ex: tratamento da madeira, culturas, detritos, etc.).

Reciclagem

- Transformação de desperdícios e detritos em condições de poderem ser utilizados num processo produtivo.

Recuperação

- Actividade de triar resíduos, com ou sem tratamento prévio, com objectivo da sua reciclagem, reemprego ou reutilização.

Valor Acrescentado Bruto

- Valor da produção bruta deduzido do custo das matérias primas e de outros consumos no processo produtivo.

14. QUADRO DE APLICAÇÃO E DE GESTÃO

A necessidade de harmonização das políticas económica e social a nível comunitário e a criação de condições para um reforço da cooperação entre os Estados-membros e os outros blocos económicos constituíram os fundamentos para a concepção da NACE e para a aprovação do Regulamento (CEE) n.º 3037/90, de 9 de Outubro, cujo texto poderá ser consultado na parte relativa aos anexos. Este Regulamento constitui o quadro de referência para uma aplicação e gestão coordenadas da NACE-Rev.1.1 e das nomenclaturas nacionais dela derivadas ou relacionadas.

Os Decretos-Lei relativos à CAE, em anexo, constituem os quadros normativos de base de aplicação e gestão coordenadas da CAE-Rev.2.1 a nível nacional.

As ligações estreitas entre a NACE-Rev.1.1 e a CAE-Rev.2.1, quer decorrentes dos princípios estabelecidos no Regulamento da NACE, quer da metodologia seguida na codificação da CAE-Rev.2.1, permitem concluir que as actualizações e os desenvolvimentos futuros da CAE-Rev.2.1 estão, em larga medida, condicionados pela evolução da NACE-Rev.1.1.

As interdependências criadas entre a CAE e a NACE bem como as outras classificações e nomenclaturas exigem que seja criado um Sistema Integrado de Nomenclaturas Estatísticas (SINE).

O SINE corresponde na prática a um sistema de gestão, apoiado nas modernas tecnologias, permitindo, em síntese, o carregamento, o relacionamento, a actualização e a edição das nomenclaturas.

A disponibilização do SINE traduzir-se-à num "valor acrescentado" muito significativo no apoio aos sistemas estatísticos, quer em termos de potenciação de sinergias, quer de eficácia da coordenação estatística.

O SINE deve integrar em tempo real todas as alterações ocorridas nas nomenclaturas, tendo presente as modificações decorrentes dos "elos de cadeia" estabelecidos entre as nomenclaturas de actividades e entre estas e as nomenclaturas de bens e serviços, assim como outras nomenclaturas com afinidades entre si.

A análise das dúvidas e dificuldades surgidas na aplicação da CAE-Rev.2.1, assim como o estudo da sua adaptação à realidade económica, competem ao CSE, devendo, para o efeito ser apresentadas ao INE (entidade que tem a responsabilidade da sua gestão corrente).